

O Sistema Educativo Português  
ao Serviço do Desenvolvimento e da  
Justiça Social

JULHO 1987

## ÍNDICE

	<u>Pág.</u>
. Introdução	1
. Um crescimento ímpar	3
. Lacunas do crescimento	5
. Uma situação de viragem	8
. O desenvolvimento futuro do sistema educativo	10
. Conclusão	14
. Gráfico e quadros	15
. Bibliografia	18

## Introdução

A escola é uma das instituições sociais que mais frequentemente se vê como objecto de polémicas, denúncias e afirmações de princípio dos mais distintos quadrantes. Tal facto prende-se certamente com a nem sempre fácil tarefa de servir interesses extraordinariamente diversos e muitas vezes contraditórios.

Ora na qualidade de alunos ou de professores e de técnicos de educação, ora na de pais e encarregados de educação, ora na de simples cidadãos interessados na coisa pública, todos temos, de algum modo, uma qualquer relação com a escola e o sistema educativo.

Aqui se jogam com efeito, muitas das expectativas de sucesso social, de realização pessoal e profissional e de adequação às necessidades de desenvolvimento socio-cultural do nosso país.

Perante os múltiplos e complexos problemas e desafios com que a escola se defronta, nos nossos dias, levantam-se com alguma frequência vozes apocalípticas, que por detrás da cortina de fumo de uma aparente vontade de que a situação melhore, mais parecem apostadas na lógica do "quanto pior melhor". Num registo oposto posiciona-se um discurso de teor pragmatista - mesmo quando enfeitado com a exaltação das excelsas virtudes da escola - que tudo reduz a estatísticas, números, acções pontuais, jogos de poder e pressões de várias naturezas.

Que a crítica do actual estado de coisas no domínio da educação tem de ser radical, demonstram-no as páginas que seguem. Simplemente essa crítica é apenas uma etapa que dá a consciência necessária do que importa fazer e com que critérios e objectivos. E, cada um ao seu nível e na sua situação específica, é chamado a dar o seu contributo.

Acresce que o momento que vivemos se apresenta com alguns motivos de esperança no futuro. Finalmente, 12 anos após o 25 de Abril, a Assembleia da República conseguiu aprovar uma Lei de Bases do Sistema Educativo que colheu um consenso notável em áreas muito diversas do espectro político-partidário. Essa Lei aponta para metas ambiciosas e para um mecanismo que assegure a sua efectivação, independentemente das flutuações da vida política. Por outro lado, encontram-se em fase adiantada os trabalhos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo que, no essencial, irá propor a regulamentação dos principais pontos da referida Lei da Bases.

No âmbito das propostas de reforma que se avizinham, os cidadãos e as organizações interessadas vão certamente ser chamados a pronunciar-se. Importa que esses contributos sejam assegurados e se revistam de qualidade, o que exige reflexão e debate.

À Igreja e às suas organizações enquanto tal não lhes compete indicar quais as soluções técnicas mais adequadas para a realização de determinados objectivos de política educativa. Mas já terá uma importante palavra a dizer no que respeita aos princípios em que devem assentar tais soluções, bem como aos critérios a ter em conta na opção por uma determinada solução.

É nesse espírito que o Metanoia - Movimento Católico de Profissionais divulga o presente documento (1), nesta fase decisiva para o futuro da educação em Portugal. O seu objectivo primeiro é suscitar e apoiar um debate no interior do próprio movimento(2), não se tratando, por conseguinte, de uma tomada de posição colectiva. Simplesmente, a natureza da reflexão feita - susceptível de ser partilhada, completada e enriquecida por outros, mesmo não cristãos - leva-nos a propô-la à consideração de um leque mais alargado de entidades, com destaque para a Conferência Episcopal Portuguesa.

---

(1)Elaborado na sua versão original por Joaquim Azevedo.

(2)Nessa perspectiva, insere-se na conclusão final um conjunto de questões para reflexão, que expressam bem a natureza instrumental deste documento.

### Um crescimento ímpar

Um dos factores que mais influenciou as mudanças sociais em Portugal nos últimos 25 anos foi o crescimento ímpar do subsistema social da educação e do ensino. De facto, apesar de uma ligeira quebra na frequência do ensino primário (11%), registaram-se, entre 1960 e 1985, subidas espectaculares nos níveis de ensino subsequentes: no preparatório e secundário a frequência passa de cerca de 224.000 alunos para 902.000 (353.000 no preparatório e 549.000 no secundário), o que representa um aumento de 302%; no ensino superior o aumento foi de 24.000 para 95.000 o que corresponde a 295% de aumento. (cfr. Gráfico 1).

As transformações na morfologia do subsistema de ensino foram profundas. A evolução pode caracterizar-se sinteticamente: pelo crescimento do ensino pré-primário sobretudo nos anos 80; por um decréscimo moderado de ingressos no ensino primário; por um acréscimo acentuado na procura entre o 6º e o 9º ano de escolaridade; por um grande acréscimo no ensino secundário complementar, a partir de 1974; por um crescimento gradual da pressão sobre o ensino superior, contrariada desde 1978 pela política do numerus clausus; por uma evolução mais lenta do ensino superior, universitário e poli-técnico.

No entanto, as mudanças na morfologia do subsistema de ensino português não se processaram de modo homogéneo em todo o território. Pelo contrário, há algumas regiões em que os níveis de acesso aos benefícios da educação e do ensino são ainda confrangedores, enquanto noutras os níveis de acesso melhoram progressivamente.

Os desequilíbrios regionais são desmedidos e o fosso entre as áreas desfavorecidas e as áreas mais favorecidas tem aumentado, como que patenteando uma condenação das áreas críticas ao abandono.

Este crescimento quantitativo do sistema deve ser, entretanto, contextualizado. Ele esteve condicionado por um conjunto de fenômenos de natureza sócio-econômica e evoluiu no seio de uma situação crítica.

A recessão mundial dos anos 70, o crescimento da inflação, a desaceleração das taxas de crescimento, o agravamento das dívidas externas e da dependência, a introdução galopante de novas tecnologias e as reestruturações econômicas daí derivadas, a terciarização das economias e a recessão na procura de mão-de-obra, são alguns dos elementos que compõe o "puzle" das grandes mudanças dos tempos mais recentes.

A crise petrolífera de 1973 também se repercutiu de forma semelhante no nosso país. Todavia, a revolução do 25 de Abril de 1974 transportou outros fenômenos que se evidenciaram ao longo dos anos: a participação democrática e a liberdade, o aumento generalizado do poder de compra, o crescimento do consumo, a liberalização de costumes.

No âmago destas alterações sociais, econômicas e culturais operaram-se também mudanças significativas no nosso sistema educativo.

O sistema cresceu, abriu-se a novas camadas sociais (nos seus níveis elementares) e a novas perspectivas curriculares e pedagógicas. Foi lançado o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos; alterou-se o sistema de avaliação

dos alunos ; introduziu-se o sistema de fases no ensino primário; adiaram-se as escolhas vocacionais e escolares para uma idade mais consentânea, 15/16 anos, e unificou-se o ensino secundário; criou-se o ensino politécnico e dinamizaram-se novas universidades fora dos grandes centros urbanos; melhorou-se o estatuto e a remuneração dos professores.

Entretanto, os anos da abertura e do crescimento do sistema educativo português coincidem exactamente com os da recessão mundial. Deste facto resultam dois fenómenos proeminentes: o investimento no sistema educativo devia ser cada vez maior, sendo cada vez mais caro; o sistema começa a produzir, aos milhares, jovens qualificados que, crescentemente, não encontram emprego.

Geram-se, assim, situações críticas no interior do sistema - visíveis na desmotivação e frustração crescentes dos adolescentes e jovens - e, fora dele, cresce a desconfiança da população em relação ao papel da escola, ao sentir as consequências das disfuncionalidades sistémicas entre o ensino-produção de qualificação e o sistema económico e de emprego.

#### Lacunas do crescimento

O próprio crescimento quantitativo dos anos 60,70 e 80 gerou simultaneamente um conjunto de lacunas de ordem qualitativa. À medida que crescia a escolarização, o sistema revelava, progressivamente, uma face socialmente grotesca, desenhada no seu próprio seio.

Uma vasta e preocupante problemática inerente à expansão escolar, de ordem mais qualitativa, não foi devidamente acompanhada por medidas oportunas de política educativa.

Na evolução do sistema educativo português dos últimos vinte e cinco anos, não podemos deixar de destacar importantes lacunas:

- Os escandalosos volumes de insuêditos num sistema que pune, que lança veredictos e que se esconde sob a sanção, que orienta pelo fracasso, que selecciona e discrimina social, cultural e economicamente: 42,2% de reprovações na primeira fase e 28,7% na 2ª fase do ensino primário (D.G.E.B., 1983-84) - Quadro 1; anualmente 14.000 jovens de 14 anos (8%) ou já abandonaram o ensino primário sem o concluir ou ainda o frequentam (1981); 20% de abandonos ao longo dos primeiros seis anos de escolaridade obrigatória; apenas 20% de sobreviventes atingem o 10º ano revelando uma composição social altamente distorcida; mais de 50% dos candidatos ao ensino superior não ingressam nele;
- as assimetrias regionais crescentes no domínio da educação, fruto de uma política educativa pretensamente igualitária e consequência dos desequilíbrios e das injustiças dos esforços em prol do desenvolvimento; os meios rurais e de mais difícil acesso são secundarizados no desenho e na implementação das medidas de política (Quadro 2);
- a desmotivação em que se encontram os professores, nomeadamente pelo facto de a competência e a incompetência serem igualmente premiadas, não existirem estímulos sérios para a fixação no interior e nas áreas mais deprimidas; no ensino



primário 57% das escolas contam apenas com um ou dois professores (GEP, 1985), condenando-os, assim, ao isolamento e ao abandono; não há um estatuto legal nem uma carreira que dignifique a tão nobre profissão de ensinar;

- o carácter livresco (OCDE, 1984:59) do ensino secundário licealizado, afastado das rápidas mutações sociais e económicas, da vida social e cultural e do mundo do trabalho; as escolas do ensino secundário não se encontram de modo geral envolvidas no tecido social, situando-se como enclaves na paisagem cultural sócio-económica do país, pré-reguladas e centralmente determinadas;
- a crescente desmotivação dos jovens alunos, seja porque abandonam a educação escolar sem uma formação adequada à sua inserção social, que adivinham complexa, seja porque atingem o 12º ano e lhes é vedado o acesso ao ensino superior, única saída a que o próprio sistema os conduz. A dose de "ilegitimidade social" que acompanha estes fenómenos pode fazer eclodir conflitos alargados;
- não se vislumbra uma política educativa nem metas mobilizadoras da participação e do empenho dos pais, dos professores e dos alunos, configurando-se, assim, um sistema que cresce desorientado, sem rumo e sem direcção, sem metas de desenvolvimento a médio/ longo prazo;
- a inconsciência e a falta de rigor com que, no curto espaço de dois anos, se gastam cerca de 100 milhões de contos em acções de formação profissional, elas mesmas sem enquadramento num referencial

de áreas, níveis e populações-alvo prioritários, enquanto grassam no seio da educação escolar, no meadamente no ensino básico, problemas da maior gravidade que perpetuam uma população desqualificada e sem educação básica elementar, problemas estes cuja resolução supõe o investimento de verbas que se diz não haver.

#### Uma situação de viragem

No seio desta situação crítica, vivemos hoje, no nosso país, a oportunidade histórica de construir um plano de desenvolvimento do sistema educativo que re-hierarquize as prioridades e aponte para a inflexão de algumas tendências, com o empenho e a participação de todos. Esta perspectiva de viragem baseia-se em alguns acontecimentos recentes que, sucintamente, se enunciam:

- todas as principais forças políticas são unânimes em considerar como prioritária e central a melhoria do sistema educativo português, o que constitui um importante ponto de partida;
- recentemente a Assembleia da República aprovou a Lei de Bases do Sistema Educativo, promulgada e publicada em Outubro de 1986. Obtendo um largo consenso político, a Lei constitui a coluna vertebral do desenvolvimento do sistema educativo a médio prazo;
- Em 1986, o Governo criou a Comissão de Reforma do Sistema Educativo que, em consonância com a Lei de Bases, está a proceder aos estudos e à elaboração das propostas conducentes à implementação do novo sistema aí configurado;
- desde o início de 1987 existe uma nova lei do MEC que cria Direcções Regionais de Educação, as quais

como organismos regionais desconcentrados, poderão proporcionar uma melhoria significativa na administração do sistema, na medida em que se enraizarem nas suas regiões e aí dinamizarem a elaboração de estratégias e a execução de programas que catapultem as escolas para novos saltos qualitativos;

- finalmente, 1987 é o primeiro ano em que começa a ser obrigatória a escolaridade de nove anos de duração para as crianças que, em Setembro, iniciam o seu percurso escolar.

1987-1996 é, assim, o período em que é necessário ganhar apostas decisivas no domínio da educação. Quando estes jovens, que ora entram na escola, dela saírem, aos 15-16 anos, após nove anos de escolaridade, enfrentarão certamente um mundo diferente do de hoje. Como os vamos preparar? Na base de que valores? Para que futuro?

Vencer a batalha da democracia e da justiça social exige como condição ganhar a batalha da educação: antes de mais, uma educação de base e universal, em nove anos percorridos num clima de sucesso educativo. Face aos desafios que se avizinhavam é imperioso, primeiramente, sermos um povo que pensa, que aproveita as oportunidades, que tem iniciativas, e, que, para isso, sabe observar, criticar, medir, calcular, arriscar, decidir e optar.

A viragem qualitativa não é fácil, num contexto em que a situação crítica do nosso sistema de ensino, atrás descrita, tende a permanecer como fenómeno de longa duração - o que acontece, aliás, noutros países (COOMBS, 1985). A procura desencantada da educação (Grácio, 1986), sobretudo ao nível do 2º e 3º ciclos do ensino básico, não se irá alterar repen-

tinamente nem mesmo como resultado de grandes alterações endógenas ao sistema de ensino. Derivada essencialmente de fenômenos de ordem sócio-econômica e cultural essa procura "desconfiada" tenderá a atenuar-se na medida em que a própria situação social, econômica e cultural se alterar (ou seja, se se retomar o crescimento, a criação de emprego, crescer a procura de jovens qualificados...), na medida em que se retomar a confiança na escola como parte integrante e valorizada das estratégias familiares de promoção e ascensão social.

#### O desenvolvimento futuro do sistema educativo

Abandonando uma visão puramente escolar do sistema educativo, a abordagem sistêmica da evolução do sistema de ensino deve nortear e enquadrar as metas a estabelecer. Se, vinte e três anos após ter sido decretada, a escolaridade básica obrigatória de 6 anos ainda não é cumprida por cerca de 20% da população, num momento em que há tendências regressivas na procura, como estruturar e balizar novas metas para o cumprimento da escolaridade básica obrigatória de 9 anos? Que ritmos, que prioridades, que objectivos, que responsabilidades?

Sem enunciar as respostas para tão complexos desafios, que terão de ser geradas num clima de diálogo e de participação, não podemos deixar de reflectir sobre alguns pressupostos norteadores.

a) A educação "como acção cultural permanente, sempre aberta e inacabada" (V.M. Godinho, 1982) é tarefa de todos, governantes e simples cidadãos. Ao Estado cabe assumir as suas responsabilidades no estabelecimento de uma política

educativa alicerçada num plano de desenvolvimento do sistema educativo a médio prazo e na sua execução, abrindo a todos os cidadãos o acesso aos seus benefícios e praticando, para tal, políticas positivamente discriminatórias ao longo do território nacional.

Aos cidadãos cabe participar activamente na definição dessas prioridades e na sua implementação, tomando mesmo a iniciativa de criar oferta educativa, no respeito pelos princípios constitucionais.

b) A gestão da diversidade de lugares, de universos culturais, de saberes e de práticas, exige desenvolver um sistema educativo plural. Plural na obtenção de sucesso, desenvolvendo adequadamente as potencialidades de todos e de cada um dos indivíduos, plural nas pedagogias a empreender, diversificando as estratégias de ensino-aprendizagem, plural nas formas de administrar e gerir, conseguindo mais autonomia e mais maleabilidade nos modelos de gestão escolar, plural na valorização de todas as formas de excelência.

A escola, nomeadamente as novas escolas do ensino básico, devem constituir unidades abertas, inseridas no tecido social e capazes de produzir e suscitar a produção de respostas - propostas autónomas, um lugar, enfim, onde cada um possa desenvolver a sua própria forma de ser e de estar.

As mudanças a desencadear deverão assentar na mobilização das escolas para a criação e o desenvolvimento dos mais diversos e adequados projectos de melhoria da educação ao longo de todo o território nacional.

c) A reforma em curso, se pode constituir o momento de romper a inércia estrutural do sistema, poderá também correr o risco de vir a dar, como muitas outras reformas educativas noutras latitudes, mais e melhores oportunidades aos que já estão mais aptos para as aproveitar, aos já favorecidos.

À diversidade de situações e às gritantes assimetrias deve ser dedicada especial atenção, estabelecendo-se programas concretos e descentralizados de melhoria das diferentes situações, praticando políticas de discriminação positiva.

A participação será o fio condutor das mudanças a emprender: participação dos professores, sem os quais não há reforma bem sucedida, participação dos pais e dos alunos, participação dos agentes locais, em especial dos autarcas.

d) Todos os esforços devem ser empreendidos para promover a escola do sucesso educativo: a avaliação deverá ser entendida e praticada mais como uma orientação do que como um "veredicto exclusivista", devem ser reforçados o apoio social aos alunos mais carenciados e o apoio pedagógico-didáctico aos alunos com dificuldades de aprendizagem, exigindo, por isso, estratégias alternativas adequadas; os currículos e os programas devem ser revistos, fomentando-se também o desenvolvimento dos métodos experimentais.

Uma escola que assegure o direito à diferença, que valorize cada um e contribua para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, que oriente e estimule os cidadãos para a participação cívica e para a inserção social, que garanta aos que tiverem mais dificuldades os apoios e complementos educativos necessários.

e) Uma rede integrada de equipamentos educativos deverá substituir a actual rede escolar, extremamente dispersa no ensino primário. Reformular e racionalizar esta rede é essencial, pois há muitas situações de inadiável abandono. Mas, concomitantemente importa completá-la com centros de recursos educativos e com centros de apoio e dinamização pedagógica, de modo a constituir uma oferta mais consentânea com o fomento de uma escola de sucesso para todos.

As prioridades deverão dirigir-se ao ensino básico obrigatório, aquele onde tem havido menos investimentos, aquele que vai favorecer antes de mais os grupos sociais com menor poder de pressão; este investimento revela-se crucial para romper o ciclo do analfabetismo e da desqualificação da generalidade da população portuguesa, às portas do século XXI.

f) É necessário premiar a dedicação dos professores, criar condições para que o mérito resulte em promoção, não deixando de oferecer oportunidades de formação e progressão para todos os professores.

O estatuto da função docente deve adequar-se à nobreza da profissão, essencialmente centrada sobre o serviço ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, pelo que seria incorrecto e perigoso defini-lo tendo como principal critério os interesses mais ou menos imediatos dos professores.

g) Deverá ser fomentada, para além da educação escolar, uma "rede de aprendizagens" formais e informais, que se adequa às necessidades de educação permanente, num mundo em aceleradas mutações.

Os meios de comunicação social, especialmente a TV, deveriam ser perspectivados também neste sentido, dado constituírem poderosos instrumentos formativos a que a generalidade dos cidadãos tem acesso.

h) Atenção particular deverá merecer também o desenvolvimento do espírito científico, a promoção da investigação científica e tecnológica de alto nível, da criação e difusão da cultura, em interação com os esforços em prol do desenvolvimento global do país.

## Conclusão

Há motivos suficientes para termos esperança no futuro. Há razões consistentes para acreditar na melhoria do sistema educativo e na sua articulação com o processo de desenvolvimento e de modernização do país. Há perspectivas sólidas de que a escola se venha a tornar um espaço verdadeiramente educativo e gratificante sob o ponto de vista pessoal, social e profissional.

Simplesmente, a educação não é uma tarefa que possamos deixar entregue apenas à Administração, à escola ou aos professores. A família, a vida associativa, as autarquias, os movimentos, os meios de comunicação social, devem dar o seu contributo nos espaços e sob as formas julgadas mais adequadas.

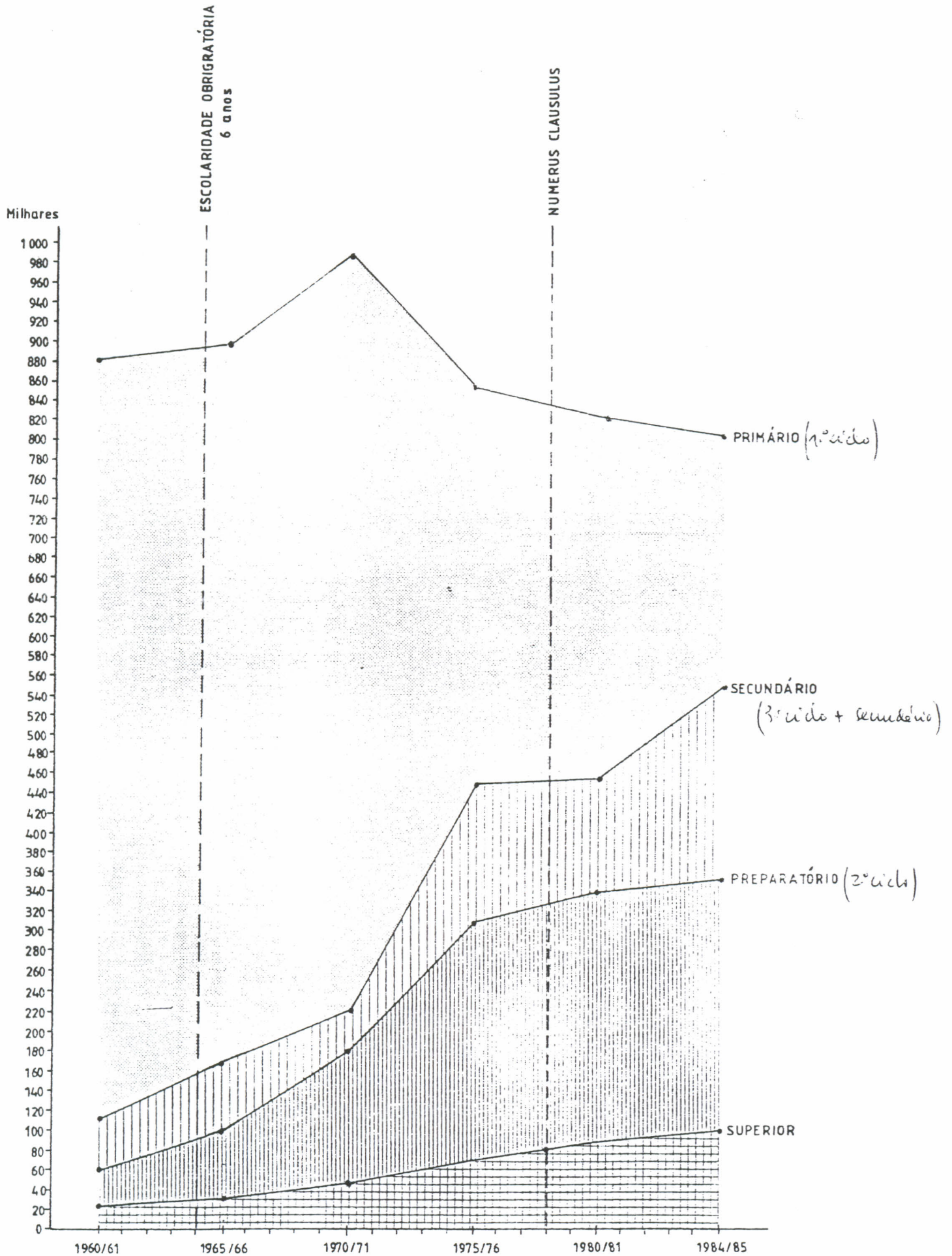
Em ordem a sugerir pistas de reflexão e de debate, aqui se deixam algumas perguntas, entre as muitas que nos pareceram pertinentes:

- a) Fala-se muito em sucesso educativo. Que se deve entender por isso? Que factores para ele são decisivos? Que tipo de medidas para o assegurar?
- b) Até ao presente, falar da escola é sobretudo falar dos alunos, dos professores e do Ministério da Educação. Qual o papel das famílias, das autarquias, das associações locais na vida da escola e na definição dos seus destinos?
- c) Deverá a política de ensino consistir essencialmente na busca da adequação ao mercado de trabalho?
- d) Será que a combinação estudo-trabalho ao longo da vida detém o estatuto devido na nossa sociedade? Não deveria a escola ser um espaço de acolhimento, mesmo que por períodos curtos, de todas as pessoas, independentemente da idade? E que outras instituições poderiam desempenhar esse papel tão importante de meios de educação permanente?
- e) Que medidas de política, nomeadamente de discriminação positiva, deveriam ser empreendidas em ordem a uma redução das grandes disparidades inter e intra-regionais em matéria de educação?
- f) Será possível dar concretização à reforma em preparação para o sistema educativo, sem mexidas profundas noutros sectores da vida social ( regionalização, planos de desenvolvimento com hierarquização de prioridades, mundo do trabalho... )?



# GRAFICO 1

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA DO SISTEMA ESCOLAR (1960-1985)



DISTRITO	1ª FASE			2ª FASE			INSUCESSO GLOBAL
	MATRICULADOS 2 e +vezes	TRANSITARAM c/2 ou +anos frª	% insuc.	MATRICULADOS 2 e +vezes	TRANSITARAM c/2 e +anos frª	% insuc.	
VISEU	15 600	8 436	46,0	12 061	7 852	34,9	40,5
GUARDA	5 605	3 220	42,6	4 548	3 081	32,3	37,9
CASTELO BRANCO	5 458	3 464	36,6	4 493	3 348	25,5	31,0
AVEIRO	20 858	12 391	40,6	17 248	12 313	28,7	34,6
COIMBRA	11 676	7 049	39,7	9 179	6 770	26,3	33,0
LEIRIA	11 634	7 252	37,7	9 994	7 273	27,3	32,5
ÉVORA	4 317	2 754	36,3	3 379	2 509	25,8	31,5
PORTALEGRE	3 193	1 964	38,5	2 608	1 901	27,2	32,8
BEJA	4 742	2 786	41,3	3 543	2 375	33,0	37,1
FARO	8 383	5 113	39,1	6 690	4 821	28,0	33,5
BRAGANÇA	5 635	3 097	42,3	4 474	3 083	31,1	35,7
VILA REAL	10 139	5 108	49,7	8 150	4 378	40,2	44,9
VIANA DO CASTELO	9 293	4 897	47,4	7 629	4 796	37,2	42,3
BRAGA	28 930	15 581	46,2	23 756	16 480	30,7	38,4
PORTO	52 227	29 801	43,0	42 187	28 697	32,0	37,5
SANTARÉM	11 516	7 019	39,1	9 576	6 889	28,1	33,6
LISBOA	40 046	27 419	31,6	34 587	27 220	21,3	26,4
SETÚBAL	18 139	12 414	31,6	15 820	12 644	20,1	25,8
TOTAL	267 121	159 765	42,2	219 922	156 930	28,7	35,4

Quadro 2.

DISPARIDADES DISTRITAIS DAS TAXAS APARENTES DE ESCOLARIZAÇÃO

(1982/83 e 1984/85 no curso complementar do ensino secundário -  
10º, 11º e 12º anos - , regime diurno - oficial + particular -  
por distritos)

	Ano lectivo 82/83 Idade referente a 31 Dez. 82	Ano lectivo 84/85 Idade referente a 31 Dez. 84 (a)
Aveiro	19,9%	21,5%
Beja	22,3%	25,5%
Braga	14,6%	14,6%
Bragança	28,5%	33,8%
Castelo Branco	33,5%	34,0%
Coimbra	37,0%	39,0%
Évora	40,1%	36,1%
Faro	35,9%	39,7%
Guarda	35,0%	28,4%
Leiria	20,9%	20,5%
Lisboa	47,8%	50,7%
Portalegre	34,0%	30,3%
Porto	24,0%	21,0%
Santarém	36,6%	35,7%
Setúbal	39,3%	44,3%
Viana do Castelo	17,7%	22,6%
Vila Real	21,0%	26,1%
Viseu	20,5%	20,1%
Contínente	29,9%	30,9%

a) Inclui os cursos técnicoprofissionais e profissionais

FONTE: GEP-MEC "Análise Conjuntural".

## BIBLIOGRAFIA

Collège de France, Propositions pour l'enseignement de l'avenir, Paris, 1985.

Comissão de Reforma do Sistema Educativo, Projecto Global de Actividades, Lisboa, 1986.

COOMBS, Philip H., La Crisis Mundial en la Educación, Perspectivas Actuales, Santillana, Madrid, 1985.

DGEB-MEC, Ensino Primário, Insucesso Escolar, Regimes de Funcionamento e Lugares Docentes, Que relação? Lisboa, 1986.

GEP-MEC, Análise Conjuntural Educação 1985, Lisboa, 1986.

GRÁCIO, Sérgio, Política Educativa como Tecnologia Social, As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983, Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86, Diário da República de 14 de Outubro de 1986.

O.C.D.E., Exames das Políticas Nacionais de Educação, Portugal, GEP-MEC, Lisboa, 1984.

PIRES, Eurico Lemos, Lei de Bases do Sistema Educativo, apresentação e comentários, Ed. ASA, Porto 1987.

SILVA, Manuela et alii Sistema de Ensino em Portugal, F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981